

□ **ESPAÇO ABERTO**

# É hora de prognósticos

JOÉ ANTÔNIO DE AZEVEDO



O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro de 1988 caiu 2,3% em relação ao ano anterior. As perspectivas para este ano são de sustentação e de queda acentuada, pois o governo parece querer combater a inflação com congelamento da produção. É um caso único no mundo.

Aliás, a tendência brasileira para o ineditismo está virando moda. O Brasil é também o único país que promove a exportação para compensar a contenção compulsória da demanda interna. Em países civilizados, mesmo em países em desenvolvimento, exportam-se excedentes da produção, isto é, a exportação resulta da expansão da produção, não da recessão.

Outro aspecto: enquanto a ciência e a tecnologia deveriam contribuir mais que qualquer outro fator para o desenvolvimento nacional, o governo de transição extingue o Ministério da Ciência e da Tecnologia. Não poderia haver prova mais cabal da total ausência de políticas e de estratégias para a questão. Da mesma forma, a extinção do BNH e do Ministério da Habitação comprova a inexistência de políticas e estratégias para a questão urbana.

O governo termina melancolicamente seu mandato. O balanço da gestão, de pacote em pacote, deixa um saldo negativo e coloca sobre nossas cabeças o espectro de uma Argentina em processo de demolição. A situação não é pior, porque a população soube defender-se dos desacertos.

Hoje a economia informal representa 50% do PIB, segundo estimativas realizadas pela Faculdade de Economia da USP. E é seguramente graças a essa economia informal e a uma agricultura produtiva que o País se mantém. Essa realidade, por sua vez, indica que a sociedade, descrente da autoridade, está atuando por conta própria. E isso representa um perigo real para a sobrevivência do Estado. A não ser que a sociedade cuide também de reformar o Estado.

**A sociedade não suporta mais soluções cosméticas**

Essa compreensão de que o Estado precisa ser reformado já foi uma das principais reivindicações da sociedade brasileira. Poder-se-ia até dizer que a Aliança que forjou a Nova República foi conquistada tendo como bandeira essa palavra de ordem.

A transição política deveria abrir espaço para a discussão das velhas e emperradas estruturas e a formulação de novos modelos para modernizar o Estado, colocá-lo como agente da modernização da sociedade. Mas ficou-se na discussão retórica.

Os setores que se dizem mais avançados com relação à modernidade têm uma chance única com as eleições que se aproximam. É a hora de disputar o espaço político com propostas concretas, para superar a crise. Para evitar o desastre, a sociedade deve ser mais enérgica na cobrança às lideranças políticas. O diagnóstico todos conhecemos. A sociedade se debate no dia-a-dia nessa realidade. O que se necessita é de prognóstico. Receitas que ataquem o mal pela raiz.

A sociedade não suporta mais soluções cosméticas. Precisamos de desenvolvimento para sair da crise. A melhora no nível social só pode dar-se através do desenvolvimento. Não somos ingênuos a ponto de cobrar soluções de caráter estratégico a um governo em fim de mandato. Mas tampouco podemos admitir o immobilismo a que está submetido o setor imobiliário — principalmente quando o déficit habitacional crescente agrava a situação social.

O governo pode, pelo menos, não atrapalhar. A Abecip estima, de maneira conservadora, um saldo residual potencial do FGTS em 16,5 bilhões de cruzados novos no momento do congelamento ditado pelo Plano Verão. São recursos que devem ser aplicados obrigatoriamente no financiamento da casa própria. E, também, podem ser ditadas medidas de curto e médio prazo para gerar mais recursos. Um esforço concentrado para utilização dos recursos no financiamento de imóveis usados e construção de imóveis residenciais de aluguel, por exemplo, teria o efeito de abrandar a crítica situação atual. E temos de cobrar dos candidatos e partidos que aí estão, postulando a sucessão presidencial, que pelo menos tomem conhecimento do problema. Temos de exigir dos candidatos uma definição sobre política habitacional e política salarial, pois somente com esse binômio é que se poderá levantar a economia do País e voltar a um ritmo de desenvolvimento compatível com as expectativas nacionais.

■ José Antônio de Azevedo é diretor presidente da Lopes Consultoria de Imóveis.